

CHINA: O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

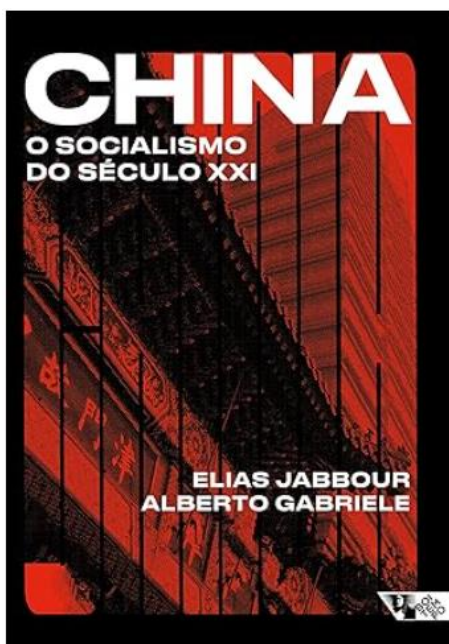
JABBOUR, Elias e GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo - SP: Boitempo, 2021. 314 p.

Eduardo von Dentz

Universidade Federal do Ceará – UFC

Departamento de Geografia

eduardovondentz@hotmail.com



No âmbito das Ciências Humanas e sociais, o livro de Elias Jabbour e Alberto Gabriele, “China: o socialismo do século XXI”, tornou-se, desde o seu lançamento, uma das mais qualificadas referências sobre China e socialismo no ocidente. Elias Jabbour é geógrafo e economista brasileiro que estuda a China desde a década de 1990. Alberto Gabriele (*in memoriam*), um intelectual marxista italiano atento às mudanças globais, também vinha depositando atenção sobre as mudanças ocorridas na China muito antes de o livro ser lançado. Ambos se uniram na árdua missão de entregar para a sociedade de modo geral um dos livros mais completos sobre a China. Assim, os autores demonstram, de maneira no mínimo interessante, como tinham percepções semelhantes sobre a China, mesmo com o oceano Atlântico no meio deles.

Embora esteja presente no seu título, o livro não é somente sobre socialismo, mas trata de construir uma visão atualizada das transformações que ocorreram no capitalismo e no socialismo. Os autores procuram analisar a realidade econômica da estrutura interpretativa da teoria econômica clássica moderna e propõem uma reinterpretação parcial dos conceitos de modo de produção, formação econômico-social e da lei do valor.

Os autores advertem os leitores na introdução do livro, sobre o fato de que existem nações no mundo com sistemas econômicos de projetos nacionais e de formações

econômico-sociais não capitalistas. Assim, o socialismo não morreu com a queda da URSS. O socialismo de nosso tempo tem na República Popular da China sua expressão máxima de desenvolvimento. Mas para chegar nesta compreensão não se trata de algo simples. É algo que se concretiza no livro, na medida em que os autores analisam a gênese e a formação do macrossetor produtivo da China, apontando a chamada “nova economia do projetamento” (NEP) como uma perspectiva possível de analisar a realidade chinesa.

Em todo o livro a NEP é utilizada em homenagem a Ignácio Rangel, um pensador marxista brasileiro que sonhava com um Brasil gigante no cenário mundial. Para analisar tudo isso, os autores, além da introdução e das conclusões, dividiram o livro em inúmeros capítulos que se aglutinam em basicamente duas grandes partes. Na primeira parte é tecido toda uma construção teórica e metodológica sobre capitalismo e socialismo enquanto modos de produção, passando por conceitos como trabalho, valor, formação econômico-social, até chegar na elaboração inédita e original do conceito de meta modo de produção (MMP). Na segunda parte o livro é mais didático, no sentido de que é apresentado um arcabouço de dados em forma de gráficos e tabelas, com suas respectivas análises sobre a China como a primeira experiência de uma nova classe de formações econômico-sociais, onde consolida-se a construção de seu macrossetor produtivo (além da China, o livro também faz, na sua porção final, uma análise sobre os casos do Vietnã e Laos como outros dois exemplos de formação econômico-social de novo tipo).

Na primeira parte do livro, os autores propõem uma reinterpretação dos conceitos e categorias de compreensão econômica sistêmica ortodoxa. Definem economias socialistas como aquelas que cumprem duas condições básicas: dirigidas por forças políticas envolvidas em um processo que visa estabelecer, fortalecer ou melhorar o sistema socioeconômico socialista; e as que de fato avançaram em direção ao socialismo com características econômicas e sociais próprias estruturantes. Essa análise leva em conta uma abordagem evolucionária que segue a linha da economia política clássica de Marx (sem desconsiderar os importantes avanços ocorridos nas mais diferentes áreas do conhecimento). Essa abordagem leva a entender que algumas limitações do capitalismo não serão superadas nesta fase histórica da humanidade, o que pode conferir ao capitalismo um caráter de que ele não é eterno.

Enquanto isso, sob o socialismo, viu-se que é possível acelerar o processo das



forças produtivas, controlar as instabilidades do mercado financeiro, superar em larga medida a exploração da classe trabalhadora e restringir gradualmente o funcionamento da lei do valor nos mercados de bens de consumo. Para os autores, essas questões são as que podem nos levar a um sistema de produção e distribuição menos desigual, baseado nas necessidades humanas ecologicamente sustentável.

Ademais, os autores ressaltam que as decisões econômicas individuais relevantes não devem se restringir a forças dos modelos matemáticos super simplificados (mas de aparências sofisticadas), pois são o produto de um processo baseado em uma racionalidade muito complexa. Por isso mesmo, o princípio da competição não é o único decisivo, pois coexiste com o da cooperação; na medida em que a história da humanidade é a história da luta entre a cooperação e a busca individual de interesses. E a cooperação é mais poderosa que a concorrência na formação e promoção da inovação. A esse respeito, os autores sugerem uma conclusão interpretativa provisória: o cérebro humano é bastante orientado para a cooperação, mas tende a se tornar progressivamente mais egoísta, como resultado de uma reflexão deliberada baseada em *feedbacks* gerados pelo resultado de decisões passadas envolvendo a relação do indivíduo com a sociedade. Por essas razões, em um alto grau de abstração, o princípio do egoísmo pode ser associado ao capitalismo e da cooperação ao socialismo.

Os autores recorrem a Lênin para abordar o conceito de formação econômico-social. Esse conceito carrega o papel crucial de análise das condições sociais e econômicas específicas de cada país, em determinado período histórico, com base cognitiva para o entendimento científico e as atividades revolucionárias. Assim, a China como nação de estágio superior do socialismo, se diferencia claramente das formações econômico-sociais capitalistas por não criar uma superestrutura capaz de controlar as desigualdades sociais extremas, contradições entre centro e periferia e a insustentabilidade ecológica. Portanto, parece haver caminho para um novo modo de produção, embora não seja possível afirmar que o socialismo está totalmente atingido na China, algo que o curso da história real da humanidade mostrará.

Já na segunda parte do livro, os autores reforçam com dados concretos que a China desenvolveu um macrossetor produtivo baseado em um grande setor público na economia, gerador de efeitos de encadeamento por todo o organismo econômico. Esta é



a grande característica da nova classe de formações econômico-sociais inaugurada pela China. Destaca-se uma série de avanços: entre 1980 e 2019 o crescimento econômico chinês atingiu a média real de 9,2% ao ano; a renda per capital (por paridade de poder de compra) passou de US\$250,00 em 1980 para US\$8.827,00 em 2018 (aumento de 36 vezes); desde 2013, a China é o país com maior volume de comércio exterior do mundo, provocando fortes efeitos sobre praticamente todas as economias nacionais; a China não cresceu com poupança externa, assim, evitou que a taxa de câmbio se apreciasse e as empresas nacionais perdessem competitividade; a China realizou um vigoroso processo de substituição de importações entre 1970 e 1990, impulsionando seu mercado interno; as exportações, desde a década de 1990, ultrapassam as importações, ampliando paulatinamente seu saldo positivo na balança comercial; a inflação, após o repique entre 1993-1995, mantém-se estável, com crescimento da produtividade do trabalho e aumento da capacidade produtiva exercendo forte pressão para baixo sobre a inflação.

Os autores defendem que a China é um caso de fusão do Estado revolucionário com o Estado desenvolvimentista. O processo de substituição de importações em setores estratégicos e de alta tecnologia, como os trens de alta velocidade e de carros elétricos, inaugurou na China setores supridores da demanda interna e exportadores para diversos países do mundo. Incorpora-se a isso, uma gama de pacotes tecnológicos de 5G e inteligência artificial (IA), que levam a crer no surgimento de formas superiores de planificação econômica, distinguindo o socialismo de mercado chinês das novas formações econômico-sociais de caráter capitalista e desenvolvimentista, como o Japão, Coreia do Sul e mesmo a Alemanha.

Os autores sublinham o fato da criação de quatro grandes bancos estatais: Banco Chinês da Indústria e Comércio, Banco Chinês da Construção, Banco Chinês da Agricultura e Banco da China; além de inúmeros bancos nacionais e regionais de vários tipos de controle de capital. A criação desses bancos se transformou no “núcleo duro” da nova formação econômico-social da China e confirma que a forma pública na China é cada vez mais dominante e com maior capacidade de intervenção sobre a realidade. Ademais, nos capítulos 11 e 12, os autores esmiúçam as reformas no setor agrícola; no surgimento das empresas “não capitalistas” orientadas ao mercado, as Town Village and Interprise (TVEs); nos Grandes Conglomerados Estatais Empresariais (GCEE) chineses, que constituem, segundo Jabbour e Gabriele, a vanguarda produtiva da nova formação



econômico-social. Os GCEE se diferenciam do capitalismo por quatro razões fundamentais: 1) são grandes empresas estatais que estão no núcleo produtivo nacional; 2) o Estado tem uma gigantesca capacidade de cooperação do investimento por meio de empresas públicas; 3) são dezenas de empresas estatais a serviço de uma estratégia global que envolve investimentos da ordem de trilhões de dólares; 4) o controle sobre este tipo de ativo tem obedecido critérios puramente políticos e estratégicos em detrimento do lucro, puro e simples.

No que se refere as inovações institucionais mais relevantes, os autores destacam a criação da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos de Propriedade Estatal – SASAC (traduzido do inglês), como fundamental para a supervisão e acompanhamento da implementação e execução dos milhares de projetos desenvolvidos em solo chinês pelo setor público da economia. Para Jabbour e Gabriele, todas essas mudanças levaram a transferência planejada de uma parcela significativa da população rural para as cidades (em 1970, apenas 18% da população chinesa era urbana, contra 57% em 2017). Isso foi acompanhado de um complexo sistema de construção de moradias e infraestruturas urbanas, além de a agricultura ter se transformado num verdadeiro ramo da indústria chinesa.

Portanto, o projeto socialista é um Estado empresarial de novo tipo. O projetamento (baseado em ciência) é “a antítese da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo” (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 243). O projetamento é um passo fundamental da libertação humana. Então, o socialismo não somente não desapareceu enquanto possibilidade com o fim da União Soviética, como se mantém como alternativa, ainda que imatura, sob forma de uma nova classe de formações econômico-sociais que surge no fim da década de 1970: o socialismo de mercado. Entretanto, o socialismo só pode ser construído sem ignorar o capitalismo e por meio do planejamento. Dessa maneira, o projeto é o elemento tático do desenvolvimento, e a estratégia é confiada ao planejamento.

Portanto, para finalizar, considerar hoje a complexidade da China, colocando-a como mais um fracasso socialista engolido pelo capitalismo, seria o mesmo que cair em uma postura ideológica trivial, errônea e anticientífica. Assim, o livro de Jabbour e Gabriele (2021) fornece ferramentas de análises teóricas e empíricas novas e inovadoras,



que proporcionam elementos para a reflexão. É um livro que nos convida a reflexão sobre a China e a um amplo debate de ideias, abrindo janelas de oportunidade de dois temas caros para o nosso tempo: a China e o socialismo.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em novembro de 2024.

Aceito para publicação em dezembro de 2024.